

Handwritten initials in blue ink, possibly "D" and "D", located in the top right corner of the page.



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO



PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas

- Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.
- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Ave.
- ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Ave.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de

Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Ave, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Manuel Soares Batista.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Ave (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 60.680.428,45 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 35.082.906,78 euros FEDER e de 21.946.375,48 euros FSE, que totalizam um montante de 57.029.282,26 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 318.730,45 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 2.437.365,74 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 895.050,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).



2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal do Ave enquanto organismo intermédio, onde se incluem os elementos

previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Ave.

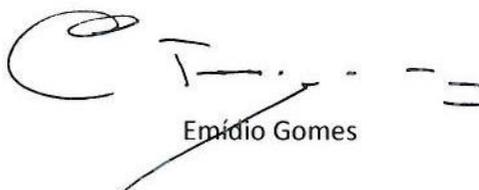
3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

- Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida
- Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023
- Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Guimarães, 5 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)

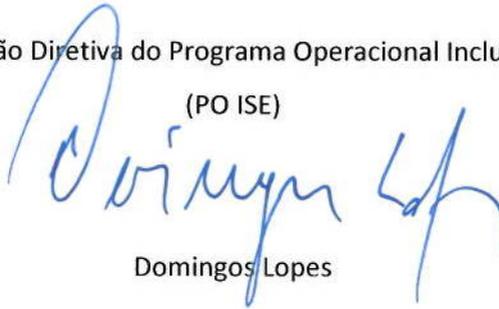

Emídio Gomes

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na
Utilização dos Recursos (PO SEUR)



Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
(PO ISE)



Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

7



Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Ave



Manuel Soares Batista

ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Ave

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	2.652.282,89				2.652.282,89
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020			895.050,00		895.050,00
04.U3 - A concessão de apoio a eficiência energética, a gestão inteligente da energia e a utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	8.220.568,95				8.220.568,95
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	PO SEUR			81.254,90		81.254,90
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			220.427,95		220.427,95
06.U1 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos	PO SEUR			17.047,60		17.047,60
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE		8.057.146,58			8.057.146,58
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	2.468.362,61				2.468.362,61
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		8.980.981,24			8.980.981,24
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		1.066.591,90			1.066.591,90
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cidadãos de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE		1.370.773,84			1.370.773,84
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	3.041.692,33				3.041.692,33
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		4.908.247,66			4.908.247,66
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	18.700.000,00				18.700.000,00
Total	Total	35.082.906,78	24.383.741,22	318.730,45	895.050,00	60.680.428,45
Total PO NORTE	Total PO NORTE	35.082.906,78	21.946.375,48			57.029.282,26
Total PDR 2020	Total PDR 2020			895.050,00		895.050,00
Total PO SEUR	Total PO SEUR			318.730,45		318.730,45
Total PO ISE	Total PO ISE		2.437.365,74			2.437.365,74

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top of the page.



ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto
(realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE

Prioridade de Investimento/Medida - Programa Operacional (Fundo)	Designação	Indicadores					
		Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	Meta		Dotação Fundo Contratado
					2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	N.º	0	1	4	2.652.282,89
	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	50%	50%	88%	
	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	Resultado	%	19,7%	19,7%	45%	
03.M04 - PDR 2020 (FEADER)	Regadios Tradicionais - Área a Beneficiar	Realização	ha	0	337	421	895.050,00
	Regadios Tradicionais - Despesa Pública Contratada	Realização	Euros	0	842.400	1.053.000	
04.03 - PO NORTE (FEDER)	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	Realização	kWh/ano	0	3.965.216	15.860.862	8.220.568,95
	Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	tep	235.365	233.815	227.615	
05.01 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	Realização	N.º	0	2	8	81.254,90
	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	Realização	N.º	0	1	1	
	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados	Resultado	%	-	6%	30%	
05.02 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	Realização	N.º	0	370	1.850	117.817,65
	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Realização	N.º	0	0	1	102.610,30
	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Realização	N.º	0	0	8	
	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Resultado	N.º	-	0	8	
	Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de informação e de monitorização	Resultado	N.º	-	0	1	
	Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação	Resultado	N.º	-	-	0,1	
06.01 - POSEUR (Fundo de Coesão)	Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação	Realização	N.º	0	1	3	17.047,60
	Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização	Realização	N.º	0	1	4	
	População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação	Realização	N.º	0	1.600	5.000	
08.03 - PO NORTE (FSE)	Grau de adesão do público-alvo da campanha /ação	Resultado	%	-	1,5%	5,0%	
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	N.º	0	645	1.074	8.057.146,58
	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	N.º	60%	60%	70%	
08.08 - PO NORTE (FEDER)	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	20	99	2.468.362,61
	Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	28	138	
09.01 - PO NORTE (FSE)	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	2.155	3.592	8.980.981,24
	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	Resultado	N.º	37%	37%	42%	
09.01 - PO ISE (FSE)	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	Realização	N.º	0	101	269	159.800,00
	Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	Resultado	%	-	70%	90%	
	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Realização	N.º	0	40	107	906.791,90
09.04 - POISE (FSE)	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	Resultado	%	-	70%	90%	
	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	3	9	1.370.773,84
09.07 - PO NORTE (FEDER)	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	-	70%	90%	
	Equipamentos sociais apoiados	Realização	N.º	0	3	12	3.041.692,33
10.01 - PO NORTE (FSE)	Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	-	5%	10%	
	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	4.908.247,66
	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	-	7.200	12.000	
10.05 - PO NORTE (FEDER)	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	N.º	0	866	3.463	18.700.000,00
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%	82%	82,50%	83,53%	
Total Geral							60.680.428,45

ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE

Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-016

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE
Morada (Sede Social)	
Rua Capitão Alfredo Guimarães nº 1, Edifício Amave	
Código Postal	Localidade
4800-019	GUIMARÃES
NUT III	NUT II
Ave	Norte
Telefone	E-mail
253422400	secretario.executivo@cim-ave.pt
Telefax	URL
	http://www.cim-ave.pt

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Gabriel Pontes	253 422 400
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
Secretário Executivo	962 190 010
Serviço/Departamento	Email Responsável
Secretariado Executivo Intermunicipal	gabriel.pontes@cim-ave.pt
	Email Alternativo

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

A Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave) é uma associação de municípios de direito público, criada em 14 de abril de 2009, que tem por finalidade promover a gestão de projetos intermunicipais na NUT III Ave. No momento, a CIM do Ave tem como enquadramento jurídico, a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e que aprova o estatuto das entidades intermunicipais. Composta por uma equipa multidisciplinar e dinâmica, que mantém ligações com vários parceiros (nacionais e internacionais), a CIM do Ave, gere/participa um/num elevado número de projetos/programas, os quais lhe conferem experiência e capacidade de implementação de contratualizações no âmbito de programas de cofinanciamento. No que respeita concretamente ao período de programação 2007-2013 (QREN), destacam-se, pela sua relevância, os seguintes exemplos:

- Contratualização entre a CIM do Ave e o Programa ON2 da delegação de competências com subvenção global, tendo por base os Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD) com incidência na área de intervenção de CIM do Ave, em junho de 2014, a Autoridade de Gestão do ON2 e a CIM do Ave procederam à assinatura da 4ª Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, tendo fixado como montante final da referida contratualização o valor de 63.195.065,99 Euros, já atingidos, com uma taxa de realização de 100%.
- Trabalho realizado no Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) MINHO IN executado em consórcio pelas CIM do Minho, do Ave, do Cávado e do Alto Minho, o Programa MINHO IN foi reconhecido, a nível nacional e em sede de Relatório Estratégico do QREN (2012), como uma boa prática de territorialização de políticas.

A CIM do Ave é atualmente a entidade responsável pela promoção, planeamento e gestão estratégica supramunicipal e pela articulação de ações entre os diferentes níveis da Administração Pública e dos investimentos municipais de interesse intermunicipal. Tendo como objetivo último a promoção do desenvolvimento da sua sub-região, esta CIM tem desenvolvido esforços na promoção do envolvimento dos diversos atores na definição das suas estratégias. De entre esses atores destacam-se, entre outros, as Empresas, as entidades do Sistema Nacional de Inovação, os Centros de Investigação, as Instituições de todos os níveis e tipo de Ensino, as diversas Associações Locais e as Associações Empresariais, Comerciais e Industriais. Assim, a CIM do Ave pretende garantir uma atuação dinamizadora do processo de desenvolvimento do Ave, potenciando o crescimento e bem-estar para o território e para as pessoas que o integram.

Desta feita, a CIM do Ave desenhou o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave (PEDI do Ave) e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento de base sub-regional assente numa perspetiva de crescimento sustentável, adaptado às exigências do atual contexto socioeconómico e na linha dos instrumentos estratégicos de programação regionais, nacionais e comunitários.

Em virtude da competência dos seus quadros e da experiência adquirida com a implementação da contratualização no âmbito do QREN, a CIM do Ave reúne as condições necessárias para a implementação, com sucesso, do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) do Ave, que contribui decisivamente para a operacionalização do PEDI e da EIDT definidos.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;

501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
900605065	Junta de Agricultores do Regadio da Levada de Fareja	Valorização dos recursos florestais
901843180	Junta de Agricultores do Regadio de Gagos às Cales	Valorização dos recursos florestais
E111111041	Junta de Agricultores do Regadio da Póvoa de Cima	Valorização dos recursos florestais
901196185	Junta de Agricultores do Regadio Poças do Monte	Valorização dos recursos florestais
E111111043	Junta de Agricultores do Regadio do Ribeiro da Cova	Valorização dos recursos florestais
E111111044	Junta de Agricultores do Regadio Poça de Lamas	Valorização dos recursos florestais
E111111045	Junta de Agricultores da Levada da Poça da Mó	Valorização dos recursos florestais
E111111046	Junta de Agricultores da Levada da Touça Regadio Poça de Lamas	Valorização dos recursos florestais
E111111047	Junta de Agricultores de Ruivães	Valorização dos recursos florestais
E111111048	Junta de Agricultores de S. João da Cova	Valorização dos recursos florestais
E111111049	Junta de Agricultores da Levada das Poças de Vide	Valorização dos recursos florestais
510089224	IPDJ	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	IPDJ	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
600015467	Secretaria Geral do Ministério da Educação	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Ave

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial
Situação atual do território

Tendo por base a EIDT da CIM do Ave, é apresentada de seguida uma síntese dos principais aspetos que constam do diagnóstico desenvolvido:

TERRITÓRIO

O sistema urbano do território da CIM do Ave é heterógeno e caracterizado por um modelo de povoamento difuso, traduzido numa forte concentração da rede urbana nos principais centros populacionais, como Guimarães e Vila Nova de Famalicão. No outro extremo encontram-se zonas de baixa densidade, como Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto Póvoa do Lanhoso, ou ainda partes do Concelho de Fafe. Entre estes extremos encontram-se territórios de transição, onde ambas as características coexistem, como parece ser o caso de Vizela.

Esta heterogeneidade deverá ser lida como uma oportunidade de afirmação do território pela diversidade. Adicionalmente, a existência de centros que têm revelado capacidade de atração e retenção de iniciativas e de recursos permite pensar que estes podem atuar como catalisadores das áreas de menor densidade. Em termos geoestratégicos, é de salientar a proximidade do território da NUT III do Ave à Área Metropolitana do Porto (AMP), o que facilita o acesso a serviços de logística e transporte, a uma rede estruturada de equipamentos científicos e tecnológicos, o que valoriza o território contribuindo, também, para o aumento do seu potencial turístico. Não obstante, esta proximidade pode também representar uma ameaça, que se traduz, em grande parte, na fuga de ativos. Merece também destaque a proximidade deste território ao Interior Norte do País e à Galiza, o que revela outras possibilidades de cooperação.

O posicionamento geoestratégico de um dado território está naturalmente relacionado com as características do mesmo em matéria de acessibilidade. A este nível, a CIM do Ave também não é homogénea, tendo centradas nos Concelhos de Fafe, Guimarães e Vila Nova de Famalicão as vias de comunicação mais eficientes e competitivas.

Em matéria de recursos endógenos, o território da CIM do Ave goza de uma situação favorável. Destacam-se, neste contexto, a biomassa vegetal (associada à predominância no território da CIM de solo de floresta, que ocupa 60% deste), utilizada para a produção de calor, e os recursos hídricos e eólicos, utilizados para a produção de eletricidade.

PESSOAS E ECONOMIA

De acordo com o recenseamento de 2011, a sub-região do Ave acolhe 11,5% da população da Região Norte e 4,0% da população nacional, sendo, portanto, uma zona densamente povoada, ainda que de forma heterogénea. De facto, a Ocidente, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela (tendencialmente urbanos e com uma população maioritariamente jovem) reúnem três quartos dos habitantes do Ave em menos de um terço do seu território. Por outro lado, a Oriente, em Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho, onde 43% do território do Ave alberga apenas 8,7% da respetiva população, a densidade populacional é baixa, sendo estes Concelhos marcadamente rurais e caracterizados por uma população tendencialmente mais envelhecida.

Em termos etários, a população do Ave é relativamente jovem, apresentando uma idade média de 39,5 anos, face a 41 e 41,8 anos na Região Norte e em Portugal, respetivamente. Adicionalmente, regista-se neste território um maior equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres do que a nível nacional, em termos médios.

No período 2000-2012, a taxa de crescimento populacional abrandou em todo o País e ainda mais acentuadamente no Ave, fruto de uma componente natural de variação populacional (à qual esteve associada uma evolução decrescente da taxa bruta de natalidade) e de uma componente migratória negativa (presumivelmente associável à performance económica da sub-região).

Em matéria de educação e formação, importa salientar, em primeiro lugar, que o Ave não se diferencia significativamente da média nacional em matéria de analfabetismo, havendo naturalmente diferenças de Concelho para Concelho, com os Concelhos onde a população é mais envelhecida a apresentarem taxas de analfabetismo mais elevadas. Adicionalmente, no domínio da escolaridade atingida pela sua população, o Ave apresenta uma desvantagem significativa face a Portugal e Região Norte. A desvantagem relativa do Ave face ao todo nacional, em termos de escolaridade da sua população, tem, no entanto, tendência para se atenuar, estando criadas bases para que o Ave ultrapasse a desvantagem que apresenta à medida que as novas gerações vão integrando o mercado de trabalho. Evidentemente, os esforços que sejam feitos relativamente à educação e formação de adultos e, em particular, da população ativa, poderão acelerar essa convergência.

Em matéria de mercado de trabalho, de acordo com os Censos de 2011, dos 425 mil residentes do Ave, cerca de 210 mil estavam no mercado, empregados ou desempregados, sendo portanto a taxa de atividade de cerca de 49% (ligeiramente acima dos valores médios da Região Norte e do País).

A estrutura setorial do emprego é uma dimensão em que o Ave se distingue claramente da Região Norte e do conjunto do País. De facto, o elemento fulcral desta singularidade é o elevado peso da indústria transformadora (com destaque para o setor do têxtil e do vestuário), que representa quase 40% do emprego, quando não vai além de 24% na Região Norte e se fica pelos 16% em Portugal. O comércio é o segundo setor mais relevante no peso do emprego no Ave, seguindo-se-lhe a construção e as atividades de saúde humana e apoio social. Em conjunto, estes setores representam mais de três quartos do emprego total no Ave.

O elevado peso da indústria transformadora tem como contrapartida uma baixa representação da maioria das restantes atividades económicas, nomeadamente a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, e os serviços, os quais ficam aquém do que acontece no resto do País.

Em matéria de desemprego é de referir que, segundo os Censos 2011, a taxa de desemprego no Ave (14,6%) é praticamente idêntica à média da Região Norte (14,5%) e em termos absolutos cerca de um ponto percentual e meio superior à média nacional (13,2%). As taxas de desemprego tendem a ser maiores no interior da Comunidade do que na sua zona mais ocidental (exceção feita ao Concelho da Póvoa de Lanhoso, que apresenta a taxa mais baixa de todo o Ave). Tal como acontece no resto do País, em todos os Concelhos do Ave o problema do desemprego atinge mais o sexo feminino, sendo também maior entre os jovens e os que se aproximam da idade da reforma do que em escalões etários intermédios, onde a taxa de empregabilidade revela maior estabilidade.

No que respeita à qualidade de vida, importa referir que o Ave tende a oferecer aos seus habitantes condições económicas inferiores às que estão associadas, em média, à Região Norte e ao País, sendo Famalicão e Guimarães os Concelhos que apresentam índices mais favoráveis, encontrando-se, claramente, acima da média da região.

Em termos de esperança média de vida, verifica-se que, em Portugal, as esperanças médias de vida, à nascença e aos 65 anos, apresentam reduzida variabilidade intrarregional, de onde se pressupõe que a realidade da sub-região do Ave seja semelhante à realidade do resto do País, pese embora este território apresente indicadores mais favoráveis do que a Região Norte e do que Portugal no domínio da saúde.

Quanto ao alojamento disponível, verifica-se que, no Ave, os alojamentos não clássicos são substancialmente menos frequentes do que no conjunto do País. Por outro lado, o Ave apresenta indicadores menos favoráveis no que respeita à disponibilidade de infraestruturas básicas nos alojamentos clássicos.

CULTURA E PATRIMÓNIO

No território da CIM do Ave existem importantes recursos culturais que se consubstanciam em património construído e musealizado. Especificadamente em matéria de património cultural classificado, Guimarães é o Concelho com maior visibilidade, não só por possuir o maior número de imóveis classificados, mas também pelas características do seu Centro Histórico, que levaram à sua classificação como Património Mundial pela UNESCO.

No sentido de tirar partido da riqueza existente em termos de património cultural, a CIM do Ave integra iniciativas de dinamização turística, de entre as quais se destacam como exemplos a Rota dos Castros do Noroeste, os Caminhos de Santiago e a promoção do Património Industrial do Vale do Ave.

No que respeita ao investimento em Cultura importa referir que, de acordo com dados do INE, em 2012, Guimarães foi o Concelho que mais investiu nesta área (tendo canalizado cerca de 25% das suas despesas a esse domínio), fruto, em grande medida, do facto de ter sido Capital Europeia da Cultura. Póvoa do Lanhoso, por seu turno, foi o Concelho com o investimento per capita mais elevado na Cultura (cerca de 55 Euros/habitante), encontrando-se claramente acima da média nacional (cerca de 40 Euros/habitante). Uma análise global à despesa em Cultura na CIM do Ave permite verificar a existência de um nivelamento com a média nacional.

GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A qualidade da governança assume-se como fundamental para a correta implementação das políticas públicas, quer nacionais quer de base local. Só um modelo de governança, claro e efetivo, permitirá atingir os objetivos preconizados no PDCT.

Na CIM do Ave afigura-se necessário melhorar os índices de proatividade na supressão de constrangimentos resultantes da desarticulação que ainda possa existir entre os diferentes Municípios e que se traduzem em custos de contexto para o desenvolvimento e futuro da sub-região. Mais concretamente, cabe à CIM providenciar condições para que seja implementada uma estratégia integrada, o que deverá passar pela adoção de um modelo de governança que assegure o envolvimento dos diferentes atores locais relevantes. Atendendo ao contexto de volatilidade e frequente alteração de condições às quais os Municípios estão sujeitos, é também fundamental que a CIM do Ave desenvolva competências que permitam a gestão eficiente da mudança, as quais dependem da capacitação em termos de utilização das TIC, capazes de

garantir a simplificação e desmaterialização de processos, o trabalho em rede, uma mais fácil partilha e cruzamento de informação e o incentivo à participação de diferentes atores. Em complemento da informação anteriormente apresentada é efetuada de seguida uma análise SWOT ao Ave.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Posicionamento geoestratégico relevante, que gera potencial de cooperação e complementaridades com outras regiões;
- Processo de reorganização administrativa do território, nomeadamente com o possível reforço de competências da CIM;
- Desenvolvimento de estudos, definição de estratégias e uniformização de procedimentos ao nível intermunicipal: ganhos de eficiência;
- Potencial "efeito de arrastamento" das PME instaladas, em virtude da existência de empresas líderes, com dimensão e escala global;
- Potencial para maior profissionalização e visão empresarial dos agricultores;
- Potencial de desenvolvimento do Cluster Agroindustrial;
- Disponibilidade de fundos estruturais.

Principais Pontos Fortes

- População jovem (elemento relevante na dinamização do território);
- Dinâmica industrial de criação de emprego e intensidade exportadora;
- Capacidade competitiva das indústrias tradicionais reforçada;
- Património industrial relevante;
- Crescimento e robustecimento das explorações agrícolas, com relevância no ordenamento do território e na fixação das populações;
- Disponibilidade de recursos energéticos endógenos, com especial foco na energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa;
- Nível médio de formação no ensino secundário e superior acima da média nacional;
- Infraestruturas de ensino e I&D com reputação e capacidade para gerar dinâmicas relevantes no território;
- Proximidade a infraestruturas logísticas (e.g. Porto de Leixões, aeroporto Francisco Sá Carneiro e futuras plataformas logísticas Maia-Trofa e Chaves-Verin).

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- Quadro macroeconómico desfavorável: contração da procura nacional e internacional;
- Proximidade de territórios com potencial de criar concorrência, nomeadamente na fixação de organizações e de recursos humanos qualificados;
- Risco elevado de erosão e degradação do solo associado aos incêndios florestais e à concentração urbana e industrial;
- Êxodo rural e conseqüente diminuição da população nas atividades agrícolas, agropecuárias e florestais;
- Risco de agravamento dos problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e da alteração da estrutura etária da população;
- Risco de aumento do nível de pobreza derivado do desemprego e conseqüente falta de disponibilidade para investimento em educação

Principais Pontos Fracos

- Território com dinâmicas socioeconómicas duais e forte concentração de pessoas, infraestruturas e empresas em partes específicas;
- Território heterogéneo e disperso, com problemas de gestão e fornecimento de serviços públicos municipais;
- Poluição e riscos naturais, que contribuem para a fragmentação dos habitats e destruição de ecossistemas relevantes;
- Dificuldades de alguns Municípios em proceder à valorização orgânica dos resíduos indiferenciados;
- Dinâmica negativa de evolução e envelhecimento da população, particularmente nos territórios de baixa densidade;
- Elevado número de desempregados de longa duração e elevada taxa de desemprego feminino;
- Baixos níveis de formação, particularmente nas faixas etárias mais elevadas;
- Partes do território revelam dificuldades de atração e fixação de população debatendo-se com perdas populacionais.

O território de intervenção da CIM do Ave possui um conjunto de pontos fortes que podem contribuir para potenciar as oportunidades e para combater as ameaças identificadas. Note-se, por exemplo, que a dinâmica empresarial existente, alicerçada num património industrial relevante e potenciada por fatores como a juventude da sua população, o nível médio de formação no ensino secundário e superior (favorável no panorama nacional) e a proximidade a infraestruturas logísticas, de ensino e de I&D, de relevo, pode contribuir, entre outros aspetos, para um efeito de arrastamento nas empresas de menor dimensão (atuais e futuras) e, por conseguinte, para o crescimento da sub-região em termos socioeconómicos, minimizando o risco de agravamento dos problemas de coesão social e de aumento do nível de pobreza. Também muito relevante é facto de este efeito poder acontecer em setores tradicionais, incluindo o agroalimentar, que têm uma presença bem marcada no território.

Não obstante, para que estas e outras oportunidades se materializem, é fundamental que o território de intervenção da CIM do Ave possa responder favoravelmente aos seus principais desafios e fatores críticos de sucesso. De seguida são elencados o que se considera serem os principais desafios e fatores críticos de sucesso do território de intervenção da CIM do Ave no contexto de supressão dos pontos fracos identificados:

- Reforço da oferta de serviços sociais e promoção da inclusão social/ativa: é sobretudo importante para a superação de problemas relacionados com a gestão e fornecimento de serviços (designadamente os de cariz social) e com a dinâmica negativa de evolução e envelhecimento da população, tendo naturalmente em atenção a heterogeneidade do território. É também fundamental para combater o desemprego;
- Redução do insucesso escolar: assume particular relevância no combate aos problemas de insucesso escolar existentes (não obstante o favorável nível médio de formação no ensino secundário e superior, atendendo ao contexto nacional), bem como aos baixos níveis de formação nas faixas etárias mais elevadas;
- Reforço da aposta no domínio das TIC: é particularmente importante para combater as dinâmicas socioeconómicas duais presentes no território do Ave, a sua heterogeneidade e as lacunas existentes ao nível de gestão e fornecimento de serviços públicos municipais;
- Fomento do empreendedorismo e da competitividade: é essencial para combater realidades como o elevado número de desempregados de longa duração e a elevada taxa de desemprego feminino, contribuindo também, entre outros aspetos, para promover a fixação da população no Ave;
- Melhorias nos domínios da eficiência energética: assume particular relevância em matéria de minimização dos efeitos da poluição, dos desperdícios energéticos e de possíveis riscos naturais, que contribuem crescentemente para o aumento da pegada de carbono, para a fragmentação de habitats e para a destruição de ecossistemas no território em causa;
- Aumento da eficiência na gestão de resíduos: é relevante para a supressão dos obstáculos relacionados com a valorização orgânica dos resíduos indiferenciados, existentes nalguns Municípios da CIM do Ave;
- Adaptação às alterações climáticas e combate a riscos específicos: contribui sobretudo para a minimização de possíveis riscos naturais, que provocam a fragmentação de habitats e a destruição de ecossistemas no território do Ave.

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

Traduz-se num conjunto de Objetivos Estratégicos (OE) alinhados com a EIDT e com as oportunidades/potencialidades e dificuldades/problemas diagnosticados, a saber:

OE1. INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Na CIM do Ave, não obstante a forte presença da indústria transformadora, regista-se uma significativa taxa de desemprego (14,6%, de acordo com os Censos 2011), associada, nomeadamente, à concorrência das economias emergentes, que se têm vindo a especializar na produção competitiva.

Neste contexto, o empreendedorismo e a competitividade assumem especial relevância, sendo fundamental a definição e o apoio à implementação de estratégias que viabilizem a criação de empresas e o reforço da competitividade das mesmas (nomeadamente por via da inovação).

Este OE visa contribuir para o reforço do empreendedorismo e da competitividade empresarial no território da CIM do Ave, num claro direcionamento para a otimização dos recursos endógenos em matéria de criatividade, capacidade de inovação, experiência e conhecimento adquirido, assim como criação de fileiras de negócio alicerçadas nas características/potencialidades do território. Nesse sentido, no âmbito do PDCT/ITI, pretende-se com este OE incentivar a criação do próprio emprego (nomeadamente na população jovem e em situação de desemprego), bem como a expansão da atividade de empresas já existentes.

Este é um OE:

- Alicerçado em todos os pontos fortes identificados para o território do Ave, destacando-se a dinâmica

industrial de criação de emprego e intensidade exportadora existentes, a capacidade competitiva das indústrias tradicionais localizadas no Ave, as infraestruturas de ensino e I&D aí presentes e a proximidade do Ave a infraestruturas logísticas de relevo (nomeadamente, as localizadas na AMP);

- Fundamental para potenciar as oportunidades apresentadas, com destaque para o posicionamento geoestratégico do Ave, o potencial de arrastamento das PME instaladas (em virtude da existência de empresas líderes, com dimensão e escala global e da desejável intensificação da atividade empreendedora), o potencial para maior profissionalização e visão empresarial no sector agrícola e a existência de fundos estruturais orientados para a promoção da inovação e da competitividade empresarial;

- Essencial para combater pontos fracos do território do Ave, tais como o elevado número de desempregados de longa duração, a elevada taxa de desemprego feminino e as dificuldades de atração e fixação de população existentes (às quais está associada uma dinâmica negativa de evolução e envelhecimento da população);

- Determinante na anulação de ameaças como o risco de agravamento dos problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego, os quais contribuem também para o aumento do nível de pobreza.

OE2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O consumo de eletricidade realizado pelos Municípios da CIM do Ave representa cerca de 4% do consumo de energia elétrica nacional (cerca de 2 mil milhões) (INE, 2013). Este consumo de energia elétrica aumentou 18,6% na CIM do Ave entre 2001 e 2011 (INE, 2014), tendo a evolução mais acentuada sido registada na iluminação das vias públicas e edifícios do Estado, bem como no sector doméstico, comércio e serviços. Neste contexto, é fundamental a implementação de ações de promoção da eficiência energética, da gestão inteligente da energia e da utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas.

Este OE visa assegurar a melhoria da qualidade ambiental do território, promovendo a melhoria da qualidade de vida e da segurança das populações, bem como o uso eficiente dos recursos endógenos, procurando incrementar a atratividade da sub-região. Nesse sentido, no âmbito do PDCT/ITI, pretende-se promover a reabilitação energética de edifícios e equipamentos da Administração Local e a adaptação às alterações climáticas, assim como fazer face a riscos específicos, assegurando a capacidade de resistência a catástrofes, tais como incêndios florestais e cheias/inundações. Pretende-se ainda promover a gestão eficiente de resíduos.

Este é um OE:

- Suportado em pontos fortes como a disponibilidade de recursos energéticos endógenos no território do Ave (com especial foco na energia hídrica, eólica, radiação solar e produção de biomassa);

- Relevante na concretização de oportunidades como a existência de fundos estruturais orientados para a promoção da sustentabilidade ambiental e da eficiência energética;

- Fundamental para a supressão de pontos fracos como a poluição e os riscos naturais existentes, bem como as dificuldades de valorização orgânica de resíduos verificados em alguns Municípios do território do Ave;

- Importante na resistência a ameaças como o risco de erosão e degradação do solo associado a incêndios florestais e à concentração urbana e industrial.

OE3. COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

No território do Ave existem problemas de inclusão social.

Para as pessoas desempregadas, o empreendedorismo é importante. No entanto, devem ser também fomentadas ações de cariz social, com vista à promoção da empregabilidade e à inclusão ativa.

No que respeita à população idosa, apesar dos grandes progressos que aconteceram nas últimas décadas em termos de expansão de equipamentos e serviços de cuidado dos idosos (nomeadamente as estruturas residenciais e os serviços de apoio domiciliário), esta rede ainda não é suficientemente densa para cobrir as necessidades e os serviços nem sempre são prestados com o nível de qualidade adequado.

Por outro lado, no que diz respeito a crianças e jovens, embora a rede institucional atual de resposta a situações de risco não apresente défices significativos, regista-se ainda a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços e na gestão das organizações já existentes.

Por último, no que concerne a pessoas portadoras de deficiência, ainda que existam no território organizações reconhecidas pelas suas boas práticas nos serviços prestados (nomeadamente no que se refere à empregabilidade), há carências na rede de equipamentos e serviços nesta área. Note-se, por exemplo, que Vieira do Minho e Mondim de Basto são Concelhos onde não existem Centros de Atividades Ocupacionais.

Este OE visa promover a aposta na coesão social e territorial, com vista à descentralização, à prestação de serviços de uma forma mais eficiente e próxima dos destinatários das ações e ao combate à pobreza e à exclusão social. Neste cenário, no âmbito do PDCT/ITI, pretende-se assegurar o fomento da participação ativa e da empregabilidade (nomeadamente através da celebração de Contratos de Emprego-Inserção), melhorar o acesso a serviços sociais e reduzir o abandono/insucesso escolar.

Este é um OE:

- Sustentado em pontos fortes do território do Ave, como a existência de uma população globalmente jovem (capaz de contribuir para a promoção da coesão social) e um nível médio de formação no ensino secundário e no ensino superior acima da média nacional (útil para a criação de um efeito de arrastamento direcionado para o combate ao insucesso/abandono escolar);
- Relevante na concretização de oportunidades como a existência de fundos estruturais orientados para a promoção da coesão social e territorial;
- Fundamental para a superação de pontos fracos como a existência de dinâmicas socioeconómicas duais, a heterogeneidade do território e os baixos níveis de formação (particularmente nas faixas etárias mais elevadas);
- Essencial para a anulação de ameaças como o risco de agravamento dos problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e da alteração da estrutura etária da população e o risco de aumento do nível de pobreza derivado do desemprego e conseqüente falta de disponibilidade para investimento em educação.

OE4. GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO

A alteração da Lei que estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais é apenas um exemplo da constante alteração de condições de contexto às quais os Municípios estão sujeitos.

Assim, revela-se necessário o desenvolvimento de competências e capacidades que permitam uma gestão eficiente da mudança e uma fácil aceitação da mesma. O desenvolvimento destas competências depende da capacitação da Administração Pública para um elevado nível de qualidade do serviço prestado, nomeadamente pela via de uma maior utilização das TIC, que permite a racionalização dos modelos de organização, a simplificação e desmaterialização de processos e o trabalho em rede.

Este OE prevê o desenvolvimento de uma estratégia promotora da modernização da estrutura administrativa no território da CIM do Ave, cujos principais impactos se farão sentir através da melhoria dos mecanismos de governança, para além de uma conseqüente redução de custos com os processos administrativos e da facilitação dos processos (quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista da interação com os cidadãos). Assim, no âmbito do PDCT/ITI, pretende-se sobretudo reforçar as aplicações no domínio das TIC, com vista à disponibilização de serviços públicos eletrónicos de âmbito regional e local, ao fomento do uso de modelos descentralizados de prestação de serviços em rede, à aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos na região, à criação das condições técnicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico na região e à melhoria de processos organizacionais. Este é um OE:

- Suportado em pontos fortes como a existência de uma população globalmente jovem e com um nível médio de formação no ensino secundário e no ensino superior acima da média nacional (aspetos que facilitam a implementação de mecanismos de governança assentes no uso de tecnologia);
- Determinante para potenciar oportunidades como a existência de um processo de reorganização administrativa do território, tendo em vista ganhos de eficiência, e a existência de fundos estruturais orientados para a promoção da modernização administrativa;
- Importante para a supressão de pontos fracos relacionados, sobretudo, com a heterogeneidade do território do Ave (à qual estão associados problemas de gestão e fornecimento de serviços públicos);
- Relevante para anular ameaças como a fuga de população (sobretudo população qualificada) e de organizações para territórios de elevada densidade e mais modernizados (nomeadamente em termos de serviços públicos), dentro da sub-região do Ave e para sub-regiões geograficamente próximas.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

No sentido de garantir a boa implementação do PDCT/ITI do Ave, está prevista a participação ativa de atores territoriais relevantes/pertinentes. Esta participação será assegurada através da promoção da integração dos referidos atores no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) da CIM do Ave. Conforme previsto na Lei 75/2013 de 12 de setembro, que aprova o novo estatuto das entidades intermunicipais e estabelece o regime jurídico de transferência de competências do Estado para as referidas entidades, o CEDI é um órgão da CIM, de natureza consultiva, destinado a apoiar o processo de decisão dos restantes órgãos.

No contexto do PDCT/ITI, esse apoio é fundamental, motivo pelo qual o CEDI é constituído por representantes das entidades de âmbito regional e sub-regional com relevância e intervenção no domínio dos interesses socioeconómicos intermunicipais do Ave. Essas entidades, aprovadas pelo Conselho Intermunicipal, são:

- Administração Regional de Saúde Norte (ARS Norte);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) / ARH Norte;
- Águas do Noroeste;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Conselho Empresarial da Região do Ave e Cávado (CEDRAC);
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE);
- Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN);
- Direção Regional da Economia do Norte (DREN);
- Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN);
- Entidade Regional do Turismo Porto e Norte de Portugal (Turismo do Porto e Norte de Portugal);
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT);
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF);
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Instituto Português do Desporto e Juventude;
- Resinorte;
- Segurança Social: Centro Distrital de Segurança de Braga;
- UNorte.pt (Universidade do Minho, Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

Nos termos do Acordo de Parceria, caberá ao CEDI, enquanto fórum de discussão e articulação das opções estratégicas entre Municípios, Administração Pública e Sociedade Civil, a importante função de contribuir para assegurar a coerência e pertinência de estratégias de desenvolvimento, programas de ação e programas de investimento territoriais, designadamente no contexto das diferentes abordagens integradas de desenvolvimento territorial (i.e. PDCT/ITI; Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC); e Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)).

No que respeita concretamente ao PDCT/ITI, competirá ao CEDI pronunciar-se, sempre que solicitado pelo Conselho Intermunicipal, sobre a compatibilidade entre os projetos de investimento previstos e a EIDT do Ave, bem como acompanhar a implementação desses projetos, emitindo recomendações sobre os ajustamentos que se revelem necessários. Os pareceres e recomendações do CEDI serão elaborados por um Relator (especialista em Desenvolvimento Territorial) e submetidos à apreciação do Conselho Intermunicipal.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

Conforme indicado na síntese de diagnóstico do território do Ave, o sistema urbano deste território é heterógeno e caracterizado por um modelo difuso de povoamento, que se traduz numa forte concentração da rede urbana nos principais centros populacionais.

Neste contexto, toda a EIDT e agora o PDCT/ITI foram desenvolvidos numa lógica de proximidade e de coerência e concertação com o quadro estratégico do Portugal 2020, procurando dar resposta às necessidades sentidas e oportunidades a estimular no território do Ave e enquadrando-as com a estratégia regional e nacional. Estes fatores são essenciais para o sucesso das estratégias de regeneração e revitalização urbanas, de intervenção em comunidades urbanas desfavorecidas e de mobilidade urbana sustentável.

As três tipologias estratégicas suprarreferidas encontram-se intimamente ligadas, foram pensadas de forma integrada e têm como fim promover a coesão social do território, à semelhança do previsto no Portugal 2020

“tornar Portugal um espaço sustentável e bem ordenado e um território equitativo em termos de desenvolvimento e de bem-estar” (PNPOT, 2007:138) e no Norte 2020 “promoção e reforço da coesão territorial” (CCDR-N, 2008:28).

Especificamente em relação às estratégias de regeneração e revitalização urbanas, a regeneração e revitalização dos centros urbanos é assumida como decisiva para o combate ao isolamento social e para a melhoria do ambiente económico e social destas áreas. De forma a assegurar que as intervenções serão fundamentadas por princípios de racionalidade, maximização de benefícios, articulação e coerência, foi estabelecida a criação de núcleos de equilíbrio territorial e centros rurais de excelência, nos quais as intervenções em equipamentos, infraestruturas e serviços deverão ser mais profundos, esperando-se dinâmicas e um efeito de arrastamento para territórios de menor densidade.

Relacionando com o Portugal 2020, esta tipologia estratégica vai ao encontro do Objetivo Temático 9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação” e, em específico, da Prioridade de Investimento 9.8 “Regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”

Na EIDT, é possível encontrar na Ação Estruturante A12 “Prossecução da Estratégia de Requalificação dos Centros Urbanos” especificações que vão ao encontro das estabelecidas pela referida Prioridade de Investimento. No âmbito do PDCT/ITI, dando continuidade, prevê-se um enfoque nas Prioridades de Investimento que contribuem também para o combate ao isolamento social e à melhoria do ambiente económico e social (incluindo nos centros urbanos), de entre as quais se destaca as seguintes: 9.1 “Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade” 9.4 “Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral” e 9.7 “Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a resolução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária”.

É notável a íntima ligação da tipologia estratégica anterior com a tipologia estratégica de intervenção em comunidades urbanas desfavorecidas (que se influenciam mutuamente), tendo estas sido pensadas de forma integrada, no sentido de garantir que as intervenções no edificado são acompanhadas por intervenções de âmbito económico e social.

O enquadramento desta tipologia estratégica no Portugal 2020 e a sua relação com a EIDT e com o PDCT/ITI têm por base as indicações fornecidas anteriormente para as estratégias de regeneração e revitalização urbanas, uma vez que se trata de uma tipologia enquadrada, mais uma vez, com o objetivo temático 9 e com a Prioridade de Investimento 9.8. É de referir também que as estratégias de intervenção em comunidades urbanas desfavorecidas foram devidamente integradas no Plano Estratégico para o Crescimento Inclusivo do Ave, que deriva do objetivo estratégico “Coesão Social e Territorial” previsto na EIDT e também no PDCT/ITI.

Por último, o tema da mobilidade foi pensado segundo uma perspetiva alargada, ou seja, tendo em consideração os usos atuais e potenciais do território, nomeadamente a ligação entre centros urbanos, periferias e zonas rurais e as distâncias casa-trabalho. Num território de baixa densidade, os efeitos de uma baixa mobilidade refletem-se principalmente no isolamento, nos baixos níveis de coesão social e na baixa capacidade de retenção e atração de pessoas e de investimento. Desta forma, também as estratégias de mobilidade urbana sustentável para o Ave fazem parte de uma perspetiva integrada, tendo como objetivo final a coesão social e territorial.

Estas estratégias enquadram-se no Objetivo Temático 4 “Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores” na Prioridade de Investimento 4.5 “Estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios” do Portugal 2020.

Na EIDT, esta Prioridade de Investimento tem relação estreita com o objetivo estratégico “Mobilidade” e com a Ação Estruturante A8 “Mobilidade como fator de competitividade do Ave”. Por outro lado, no PDCT/ITI, embora a referida prioridade não esteja prevista, existe uma Prioridade de Investimento relevante no contexto de promoção da sustentabilidade ambiental, a saber: 4.3 “Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no sector da habitação”.

Ainda relativamente a esta tipologia estratégica, importa salientar que o desenvolvimento do Plano Intermunicipal de Mobilidade da CIM do Ave será o principal instrumento para preparação e coordenação do trabalho a desenvolver neste âmbito.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

O PDCT/ITI da CIM do Ave contempla um objetivo estratégico direcionado para a inovação e competitividade empresarial (OE1), que se encontra orientado para a otimização dos recursos endógenos em matéria de criatividade, capacidade de inovação, experiência e conhecimento adquirido, assim como para a criação de fileiras de negócio alicerçadas nas características/potencialidades do território do Ave. No âmbito do PDCT/ITI, este objetivo estratégico prevê a promoção da criação do próprio emprego (nomeadamente por parte da população jovem e em situação de desemprego), bem como da expansão da atividade de empresas já existentes, procurando dar continuidade ao já operacionalizado Pacto para a Empregabilidade do Ave e à Rede de Empreendedorismo do Ave IN.AVE, que continuarão a procurar articular virtuosamente as redes de educação, empreendedorismo, empregabilidade, de forma a promover o ajustamento das ofertas formativas e políticas ativas de emprego às realidades locais e a apoiar o empreendedorismo e a criação de emprego por conta própria.

Na referida secção do formulário, o PDCT/ITI inclui também um objetivo estratégico direcionado para a coesão social e territorial (OE3), com vista à descentralização, à prestação de serviços de uma forma mais próxima dos destinatários das ações e ao combate à pobreza e à exclusão social. No âmbito do PDCT/ITI, pretende-se com este objetivo fomentar a participação ativa e a empregabilidade, assim como melhorar o acesso a serviços sociais e reduzir o abandono/insucesso escolar, dando continuidade ao Pacto para o Crescimento Inclusivo do Ave, que toma em consideração os interesses dos diferentes stakeholders e focaliza as opções de intervenção para o território que produzem as condições para o desenvolvimento económico-social.

Verifica-se assim que a intervenção estratégica preconizada com o PDCT/ITI contribui de forma inegável, designadamente através dos objetivos estratégicos anteriormente referidos, para que sejam atingidos os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo nos domínios económico e social. De facto, as ações previstas no âmbito destes objetivos estratégicos (apresentadas em maior detalhe neste formulário aquando da descrição do Programa de Ação) serão determinantes para incrementar a competitividade económica local e para promover o desenvolvimento de projetos de intervenção que permitam a definição de percursos de aprendizagem, tendo em consideração as vocações individuais e as necessidades de formação das empresas (num designio de articulação entre oferta e procura).

Verifica-se ainda um alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos indicados, a EIDT e algumas das Prioridades de Investimento do Portugal 2020 (em particular as que constam do Convite nº 03/2015, de 17.03.2015), a saber: 8.3 (relativa ao emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas); 8.8 (relativa ao apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas, à atividade por conta própria às microempresas e à criação de empresas e microempresas); 9.1 (relacionada com a inclusão ativa); 9.4 (relativa à melhoria do acesso a serviços sustentáveis); 9.7 (associada ao investimento na saúde e nas infraestruturas sociais); 10.1 (relativa à redução e prevenção do abandono escolar precoce e ao estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação); e 10.5 (relacionada com o desenvolvimento de infraestruturas de formação e ensino).

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

De seguida são identificados, por Prioridade de Investimento, os principais eixos/medidas, a sua "geometria" âmbito territorial, os objetivos estratégicos endereçados e os principais objetivos específicos/resultados esperados associados ao Programa de Ação. Em matéria de resultados, importa também referir a informação que consta do quadro "Investimento, Ações e Metas" do presente formulário. 2.3 Eixo/Medida 1:

Modernização e organização por via da aplicação de TIC "Geometria" Municipal OE endereçados: OE4
Objetivos específicos/resultados esperados: - Disponibilizar serviços públicos eletrónicos, direcionados ao cidadão e às empresas; - Fomentar o uso de modelos descentralizados de prestação de serviços em rede, através da criação de espaços e da adoção de soluções de mobilidade; - Promover a aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos através da utilização de TIC; - Criar condições necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico e à articulação entre entidades em matéria de redes e serviços TIC, disponibilizando serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis; - Promover a aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais, reduzir custos administrativos e

minorar a pegada de carbono de entidades públicas. 3.4 Eixo/Medida 2: Fomento da produtividade e da sustentabilidade agrícola "Geometria" Municipal OE endereçados: OE1 e OE2 Objetivos específicos/resultados esperados: Apoiar investimentos em infraestruturas coletivas que permitam a obtenção de economias de escala e uma utilização eficiente de recursos, contribuindo para o desenvolvimento do regadio eficiente, para a melhoria da eficiência dos regadios existentes e para a melhoria das condições de drenagem e estruturação fundiária. 4.3 Eixo/Medida 3: Valorização de recursos energéticos e promoção da eficiência energética em infraestruturas públicas "Geometria" Municipal OE endereçados: OE2 Objetivos específicos/resultados esperados: - Realizar auditorias energéticas a edifícios e equipamentos da Administração Local; - Promover a reabilitação energética desses edifícios e equipamentos, através da realização de investimentos como integração de água quente solar, sistemas de iluminação, aquecimentos, intervenções nas fachadas e coberturas dos edifícios; - Melhorar a eficiência energética da iluminação pública, através da realização de investimentos em equipamento como luminárias suportadas em tecnologia LED. 5.1 Eixo/Medida 4: Adaptação às alterações climáticas "Geometria" Supramunicipal OE endereçados: OE2 Objetivos específicos/resultados esperados: Desenvolver um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (incluindo o estudo e planeamento da utilização de recursos endógenos como a biomassa florestal, com vista a diminuir as áreas aridas). 5.2 Eixo/Medida 5: Gestão e monitorização de riscos e catástrofes "Geometria" Supramunicipal OE endereçados: OE2 Objetivos específicos/resultados esperados: - Promover a defesa da floresta, através da prevenção e combate a incêndios, bem como da valorização e reflorestação, numa lógica de reforço da instalação de redes contra incêndios; - Adotar instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação que contribuam para a criação de um sistema totalmente integrado entre os agentes da Proteção Civil, no sentido de planear, prevenir, alertar e dar resposta aos riscos (naturais e tecnológicos) de maior incidência no território. 6.1 Eixo/Medida 6: Gestão eficiente de resíduos "Geometria" Municipal OE endereçados: OE2 Objetivos específicos/resultados esperados: Promover a prevenção da produção e perigosidade dos resíduos, incluindo ações de educação, sensibilização e promoção das políticas de gestão de resíduos (incorporando o conceito de cidadania). 8.3/8.8 Eixo/Medida 7: Criação de empresas e de emprego "Geometria" Supramunicipal/Municipal OE endereçados: OE1 Objetivos específicos/resultados esperados: - Apoiar iniciativas empresariais de micro e pequenas empresas de base local, nomeadamente em territórios de baixa densidade, promovendo a criação do próprio posto de trabalho e a diversificação da economia local; - Apoiar e dinamizar a expansão ou criação de incubadoras/viveiros de empresas. 9.1 Eixo/Medida 8: Promoção da inclusão ativa "Geometria" Municipal OE endereçados: OE3 Objetivos específicos/resultados esperados: - Estimular a celebração de "Contratos de Emprego Inserção" (CEI); - Promover a inclusão social através da capacitação de grupos desfavorecidos e de atores locais para o desenvolvimento de projetos na área da criação e promoção cultural que fortaleçam as relações de cooperação entre os diversos grupos da comunidade, estimulem a criação artística e reforcem a imagem e identidade coletivas; - Fomentar a participação ativa para um serviço comunitário de excelência, através da dinamização do Banco Local de Voluntariado. 9.4 Eixo/Medida 9: Otimização de serviços de proximidade "Geometria" Municipal OE endereçados: OE3 Objetivos específicos/resultados esperados: Promover a qualidade de vida, o bem-estar das pessoas idosas e o envelhecimento ativo e saudável, através da oferta de atividades culturais, educacionais e de convívio. 9.7 Eixo/Medida 10: Investimento em infraestruturas e equipamentos sociais "Geometria" Municipal OE endereçados: OE3 Objetivos específicos/resultados esperados: - Apoiar infraestruturas sociais nas áreas da infância, deficiência e terceira idade, envolvendo a construção, reconversão e adaptação de equipamentos; - Apoiar o investimento em equipamentos e tecnologias em áreas terapêuticas de pessoas com deficiência. 10.1 Eixo/Medida 11: Promoção do sucesso escolar "Geometria" Supramunicipal OE endereçados: OE3 Objetivos específicos/resultados esperados: - Reforçar a ação social escolar nos ensinos básico e secundário, na componente da alimentação (e.g. lanches saudáveis); - Promover a prevenção/redução do abandono escolar e o sucesso educativo, através de ações que favoreçam a aquisição de competências como o espírito de iniciativa, a criatividade, a capacidade de implementação de ideias e a autoconfiança, pelo apoio a planos integrados e inovadores; - Implementar ações de promoção da igualdade no acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, através de programas de apoio aos alunos com NEE. 10.5 Eixo/Medida 12: Intervenção na rede escolar "Geometria" Municipal OE endereçados: OE3 Objetivos específicos/resultados esperados: - Realizar intervenções de requalificação de escolas do 2º e do 3º ciclos dos ensinos básico e secundário degradadas e/ou cuja requalificação corresponde a soluções de reorganização da rede; - Realizar intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Eixo/Medida 1	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	4,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	45,00	2 652 282,89€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Eixo/Medida 1	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	50,00	88,00	0,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Eixo/Medida 3	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	39652 16,00	158608 62,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	23381 5,00	22761 5,00	8 220 568,95€

08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedoris mo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	Eixo/Medida 7	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	645,00	1074,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	8 057 146,58€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	Eixo/Medida 7	Empresas que beneficiam de apoio	20,00	99,00	Postos de trabalho criados	28,00	138,00	2 468 362,61€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo/Medida 8	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	2155,00	3592,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	8 980 981,24€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo/Medida 8	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	101,00	269,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	159 800,00€

<p>09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>Eixo/Medida 10</p>	<p>Equipamentos sociais e de saúde apoiados</p>	<p>3,00</p>	<p>12,00</p>	<p>Definir Indicador Complementar</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>	<p>3 041 692,33€</p>
<p>10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;</p>	<p>FSE</p>	<p>Eixo/Medida 11</p>	<p>Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar</p>	<p>1,00</p>	<p>1,00</p>	<p>Definir Indicador Complementar</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>	<p>4 908 247,66€</p>

10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	Eixo/Medida 12	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	866,00	3463,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,50	83,53	18 700 000,00€
--	-------	----------------	---	--------	---------	---	-------	-------	----------------

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Eixo/Medida 10				Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	5,00	10,00	0,00€

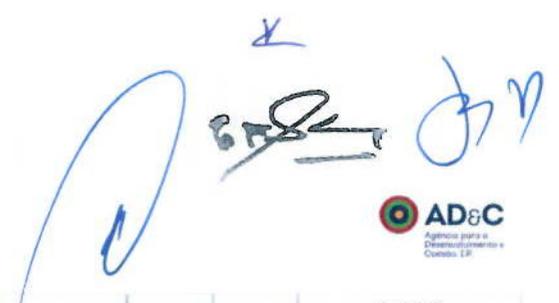
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Eixo/Medida 11				Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	7200,00	12000,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Eixo/Medida 2	Regadios Tradicionais - Área a Beneficiar	337,00	421,00				895 050,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Eixo/Medida 2	Regadios Tradicionais - Despesa Pública Contratada	84240,00	105300,00				0,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	Eixo/Medida 4	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	2,00	8,00				81 254,90€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	Eixo/Medida 4	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	1,00	1,00				0,00€

05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	Eixo/Medida 4				Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados	6,00	30,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo/Medida 5	Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	370,00	1850,00				117 817,65€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo/Medida 5	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	0,00	1,00				102 610,30€



05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo/Medida 5	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	0,00	8,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo/Medida 5				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	0,00	8,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo/Medida 5				Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de informação e de monitorização	0,00	1,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Eixo/Medida 5				Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação	0,00	0,10	0,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	Eixo/Medida 6	Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação	1,00	3,00				17 047,60€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	Eixo/Medida 6	Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização	1,00	4,00				0,00€



06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	Eixo/Medida 6	População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização e informação	1600,00	5000,00					0,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	Eixo/Medida 6				Grau de adesão do público-alvo da campanha /ação	1,50	5,00		0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo/Medida 8	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	40,00	107,00					906 791,90€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	Eixo/Medida 8				Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00		0,00€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Eixo/Medida 9	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	3,00	9,00				1 370 773,84€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	Eixo/Medida 9				Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	35 082 906,78€
FSE	24 383 741,22€
FEADER	895 050,00€
FC	318 730,45€
Total	60 680 428,45€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

Ao longo de todo o processo de planeamento estratégico sempre foi assumido que uma correta abordagem à realidade territorial, a capacidade de medir e recolher informação, bem como de monitorizar os seus resultados, se afigurava fundamental para o sucesso da estratégia e para o futuro do território do Ave. Os indicadores propostos, de realização e de resultado, partem do quadro normativo definido mas têm por base esse desígnio fundamental. Assim, para cada uma das Prioridades de Investimento (PI) definidas procurou-se, em função do diagnóstico realizado ao território, dos objetivos definidos no Portugal 2020 e da Região NUT II Norte, identificar indicadores ou metas de proximidade que permitam uma adequada monitorização das medidas.

Nas Prioridades de Investimento em que as ações a materializar são passíveis de serem individualizáveis e diretamente quantificáveis, propuseram-se indicadores fechados, como é o caso dos números de empregos a criar, de agentes envolvidos em ações propostas, de medidas implementadas, população alvo visada, por exemplo, o caso da população escolar envolvida, nas ações.

A situação das Prioridades de Investimento sujeitas a circunstâncias especiais como é o caso do "Mapeamento" e cuja implementação efetiva se afigura de muito maior imprevisibilidade, ou de todo mesmo não antecipável, oferece uma dificuldade suplementar e a requer acompanhamento em sede de execução. Razão pela qual, por exemplo, na PI 3.4 os indicadores de realização aparecem por quantificar (i.e. a zero). Relativamente às fontes utilizadas, para além das fontes estatísticas oficiais e em particular os dados do INE e dos anuários estatísticos da região Norte, os cálculos e fontes de informação disponibilizadas quer pelos Municípios quer pela CIM do Ave ainda os trabalhos e cálculos preparatórios realizados no âmbito do Comité Técnico de Pilotagem (CTP) do PDCT / ITI.

Nesta matéria, particularmente complexo se afigura o cálculo das medidas relativas à poupança energética em que o cenário de base assenta em vários pressupostos que requerem monitorização adequada e acompanhamento em sede de execução da referida candidatura.

Em todo o caso e em linha com o trabalho estratégico desenvolvido procurou-se privilegiar a definição de indicadores que permitam um correto acompanhamento e monitorização do Pacto.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

A CIM do Ave apresenta-se como polo agregador e plataforma de concertação estratégica e operacional entre os Municípios, respeitando a identidade dos mesmos e garantindo a união e o compromisso em torno de uma visão para o futuro do Ave.

Tendo por base esta premissa, a gestão do Pacto será suportada pelos seguintes órgãos fundamentais, a saber:

SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL

O Secretariado Executivo Intermunicipal, constituído por um Primeiro-Secretário Intermunicipal, é o órgão que dirige os serviços intermunicipais.

No contexto do Pacto, este órgão será o principal responsável pela gestão e organização que assegurem a prossecução do mesmo com eficácia e eficiência.

AVE 2020

Nos termos do referido no ponto 4.8 do Convite Nº3/2015, e procurando assegurar os “instrumentos e mecanismos de liderança, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria”, o presente modelo prevê a criação, na CIM do Ave, de uma Área de Gestão/Estrutura de Missão autónoma designada “Ave 2020”.

Esta unidade, que será coordenada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal (na pessoa do Secretário Executivo), desenvolverá o seu trabalho em absoluta segregação de funções face às demais funções da CIM e será responsável pela realização das tarefas de gestão que vierem a ser contratualizadas.

Trata-se de uma estrutura de apoio técnico, que assegure as funções críticas de acompanhamento e implementação dos projetos previstos no PDCT/ITI, garantindo-se a sua atividade por um mínimo equivalente à duração do Pacto/projetos. Entre as suas competências (e assumindo-se um maior detalhe para a fase da delegação de competências/processo de designação) poderá caber a esta estrutura o lançamento de avisos em articulação com a Autoridade de Gestão, a aprovação e acompanhamento da execução de projetos, partes/fases de eventual validação de despesa e a divulgação dos programas e respetivas condições.

Nesse sentido, perspetiva-se a constituição de uma equipa exclusivamente dedicada, de quadros qualificados, até cinco elementos, com nível de formação VI ou superior e experiência relevante no exercício das funções que lhe venham a ser acometidas.

No entanto, o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.

Assim, será criada uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor de PTCO que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, pode coincidir com o primeiro secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal ou da Comissão Executiva Metropolitana (no caso de ser um único membro não se revela necessário a existência de delegação de competências). A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais.

CONSELHO INTERMUNICIPAL

O Conselho Intermunicipal, formado pelos Presidentes das Câmaras Municipais, é o órgão de direção, cabendo-lhe, nomeadamente, a definição das orientações políticas e estratégias de desenvolvimento do território, a aprovação de planos, programas e projetos de interesse intermunicipal, bem como a iniciativa quanto ao seu plano de ação e orçamento e a propositura e acompanhamento do Secretariado Executivo Intermunicipal.

O Conselho Intermunicipal desempenhará funções de aprovação/validação que contribuam para a definição de políticas e estratégias essenciais para a implementação do Pacto.

CEDI

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos das CIM/AMP, constitui-se como órgão consulta e aconselhamento estratégico do PDCT.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Em matéria de acompanhamento e avaliação do PDCT/ITI estão previstos procedimentos repartidos funcionalmente pelos seguintes órgãos/unidades ligados à estrutura da CIM do Ave: o CEDI; o CTP e o Observatório do Ave (OdA).

De seguida são revisitadas as principais funções destes órgãos/unidades e apresentados os principais mecanismos de acompanhamento e avaliação associados a cada um deles:

CEDI

- Principais funções: O CEDI é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão por parte dos restantes órgãos da CIM. O CEDI é constituído por representantes das entidades com relevância no domínio dos interesses intermunicipais (identificadas anteriormente neste formulário aquando da apresentação modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do PDCT/ITI). No contexto do PDCT/ITI, o CEDI, enquanto órgão deliberativo (no âmbito das competências delegadas), será o principal responsável pelo desempenho das funções de acompanhamento e monitorização.

- Principais mecanismos de acompanhamento e avaliação: Para o exercício das funções de acompanhamento que lhe serão atribuídas, prevê-se que o CEDI possa vir a constituir grupos de trabalho específicos, atendendo à regulamentação associada às abordagens integradas de desenvolvimento territorial (com particular destaque para o PDCT/ITI) e aos participantes na implementação das mesmas. Estes grupos de trabalho deverão reunir com o Secretariado Executivo Intermunicipal (e com os técnicos da CIM que possam ser destacados para o efeito), numa base semestral, no sentido de assegurar o adequado acompanhamento das atividades em curso. Tendo por base este acompanhamento, caberá ao CEDI, se necessário, emitir e apresentar nas reuniões do Conselho Intermunicipal, por solicitação deste, pareceres e recomendações elaborados pelo seu Relator.

CTP

- Principais funções: O CTP é um grupo que reúne representantes técnicos de todos os Municípios, tendo a seu cargo o acompanhamento da situação sub-regional. Este grupo, que reforça a ligação entre os Municípios e a CIM, desempenhará também um importante papel no acompanhamento dos projetos da CIM do Ave (em particular dos que se inserem no PDCT/ITI), contribuindo com a partilha de informação (sobretudo a de cariz municipal) relevante para a monitorização desses projetos.

- Principais mecanismos de acompanhamento e avaliação: O CTP deverá articular com o Secretariado Executivo Intermunicipal da CIM a realização de reuniões com periodicidade mensal, no âmbito das quais será promovida a discussão e a partilha de informação em torno do desenvolvimento dos projetos previstos.

OdA

- Principais funções: O OdA (órgão de suporte a operacionalizar) assumirá uma grande relevância na definição das políticas públicas de âmbito local e na produção de informação estatística relevante sobre o território. Note-se que esta valência será decisiva para o acompanhamento e monitorização dos projetos (no âmbito do Portugal 2020 e, concretamente, do PDCT/ITI). Perspetiva-se para este órgão a constituição de uma equipa de quadros qualificados, até três elementos (ou solução interna ou externa equivalente), com nível de formação VI ou superior, responsáveis pela recolha, tratamento e disseminação da informação.

- Principais mecanismos de acompanhamento e avaliação: Caberá ao OdA a recolha de informação no terreno (nomeadamente através da aplicação de inquéritos e da realização de entrevistas) que permita a elaboração de um relatório anual com informação (sobretudo de natureza estatística) relativa ao território da CIM do Ave. De três em três anos, ou por decisão do Conselho Intermunicipal, o OdA deverá também promover um exercício mais aprofundado, com características de estudo de impacto. Com os exercícios/estudos de impacto a serem desenvolvidos por este órgão e disponibilizados às restantes estruturas da CIM, as decisões a serem tomadas serão sustentadas por informação permanentemente atualizada, fator crucial para uma correta reorientação de iniciativas. A constituição de bases de dados e de gestão de informação integradas deverá ser também uma das atribuições do OdA.

Como mecanismos adicionais de acompanhamento e avaliação, serão ainda consideradas as seguintes boas práticas: discussão anual do relatório de execução (que poderá ocorrer no CEDI) e sua posterior divulgação pública; programação de uma avaliação intercalar do PDCT/ITI no 1º semestre de 2019; e dinamização de uma plataforma dedicada à divulgação do Pacto, da sua realização e da sua avaliação.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O PDCT/ITI do Ave tem prevista a mobilização de um conjunto de parceiros com o estatuto de "promotores" e "copromotores não municipais", responsáveis pela implementação de operações a serem financiadas no âmbito da contratualização. Esses copromotores e as suas funções são identificados de seguida:

PI 3.4

Juntas de Agricultores - No âmbito desta PI, as Juntas de Agricultores em questão (propostas pela DRAPN, aprovadas pela AG do PDR 2020 e devidamente identificadas no Quadro de Investimentos) serão responsáveis por gerir a implementação dos projetos de investimento em regadios tradicionais.

PI 8.3 e 8.8

CASES, IEFP e IPDJ - No âmbito destas PI, estes copromotores serão responsáveis por gerir a implementação de medidas de estímulo ao emprego e à criação de empresas.

PI 9.1

CASES - No âmbito desta PI, a CASES será responsável por gerir a implementação de iniciativas enquadradas na Bolsa Especializada de Voluntariado, nomeadamente: sistematização da oferta disponível e de certificação das entidades, com intervenção social, promotoras de voluntariado; identificação das necessidades existentes no território da CIM do Ave e de oferta no âmbito do voluntariado; inscrição de voluntários em ações de voluntariado, de âmbito social.

IEFP - No âmbito desta PI, o IEFP será responsável por gerir a celebração de "Contratos de Emprego-Inserção" (CEI) com beneficiários de subsídio de desemprego ou do Rendimento Social de Inserção, inscritos no serviço público de emprego, para a realização de trabalho socialmente necessário, de cariz local e em entidades públicas (em particular autarquias locais) ou privadas sem fins lucrativos.

PI 10.5

Secretaria-geral do Ministério da Educação - No âmbito desta PI, o Ministério da Educação será responsável por gerir as intervenções a realizar nas escolas que estão sob a sua tutela.

Ainda no que respeita ao envolvimento e responsabilidades dos parceiros, importa também salientar que o presente processo foi entendido desde o início como um processo inclusivo, de envolvimento e participação pública, tendo este aspeto sido traduzido em ações de comunicação e mobilização dos principais stakeholders. Pretendeu-se desenvolver uma estratégia sub-regional comum, partilhada pelos principais stakeholders do território.

Assim sendo, a interação foi constante, dado que a metodologia adotada articulou as várias etapas do processo com o envolvimento da comunidade para produção de informação relevante e para tomada em consideração da sua leitura crítica.

A recente formalização/operacionalização do CEDI representa uma oportunidade para um maior envolvimento e capacitação dos diferentes intervenientes. A CIM do Ave pretende, com o reforço e o contributo do CEDI, consolidar as redes colaborativas já criadas (nomeadamente IN.Ave, Pacto para a Empregabilidade do Ave e Plataforma para o Crescimento Inclusivo do Ave) e desenvolver novas vias/plataformas de interligação dos atores relevantes do território do Ave.

Relativamente aos mecanismos de gestão de redes na CIM do Ave, estes deverão continuar transparentes, nomeadamente através do desenvolvimento/manutenção de plataformas de partilha de informação e boas práticas, de canais de comunicação permanentemente disponíveis para os diferentes interessados e do desenvolvimento de iniciativas para receção de contributos e discussão aberta de resultados.

Dada ainda a importância da concertação dos diversos atores, a liderança do Ave pretende manter-se forte e cada vez mais capacitada para gerir e conciliar interesses, áreas e escalas de atuação, organizando um sistema de atuação coletiva orientado para os resultados propostos no âmbito das operações identificadas no PDCT/ITI.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials.

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
04.03	Promoção da Eficiência Energética no Centro Escolar Prof.ª Filomena Mesquita	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	95 717,76€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética na Biblioteca Municipal	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	19 931,30€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética no Edifício Paços do Concelho	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	370 443,95€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética na Casa dos Magistrados	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	66 712,99€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
08.08	Criação de viveiro de empresas	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	249 716,84€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
09.01	Cultura para Todos - Cabeceiras de Basto	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	89 684,24€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
09.04	Serviço de Proximidade – Teleassistência Domiciliária (para idosos e pessoas dependentes)	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	45 191,11€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
09.04	EnvelheSer – Intervenções para um Envelhecimento Ativo	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	45 191,11€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
09.04	Serviço de Proximidade – Unidade Móvel de Atendimento (serviço de atendimento descentralizado/respostas de proximidade junto da população mais isolada do Concelho, em especial dos mais idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais)	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	45 191,11€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Cabeceiras de Basto	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	15 804,66€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Cabeceiras de Basto	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	262 318,11€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética no Centro Escolar Padre Dr. Joaquim Santos	505330334	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DE BASTO	303 022,43€	2016	Cabeceiras de Basto	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	460 327,51€	2016	Fafe	100,00

03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Levada de Fareja	900605065	Junta de Agricultores do Regadio da Levada de Fareja	280 000,00€	2016	Fafe	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Gagos às Cales	901843180	Junta de Agricultores do Regadio de Gagos às Cales	178 500,00€	2016	Fafe	100,00
04.03	Eficiência energética no Pavilhão Multiusos de Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	529 411,76€	2016	Fafe	100,00
04.03	Eficiência energética no Pavilhão Municipal de Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	384 198,76€	2016	Fafe	100,00
04.03	Eficiência energética na Piscina Municipal de Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	588 235,29€	2016	Fafe	100,00
08.08	Criação da incubadora de empresas Start in Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	443 694,31€	2016	Fafe	100,00
09.01	Cultura para Todos - Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	157 381,87€	2016	Fafe	100,00
09.04	Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	78 235,29€	2016	Fafe	100,00
09.04	Criação e dinamização de centros de convívio	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	113 851,29€	2016	Fafe	100,00
09.04	Conviva (dinamização de act. Socioeducativas no concelho)	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	45 823,53€	2016	Fafe	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Fafe	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	27 734,72€	2016	Fafe	100,00
10.05	Escola Secundária de Fafe	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	4 000 000,00€	2016	Fafe	100,00
10.05	Escola Básica Prof. Carlos Teixeira	506841561	MUNICÍPIO DE FAFE	2 000 000,00€	2016	Fafe	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Guimarães	505948605	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	733 436,79€	2016	Guimarães	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Piscina Municipal de Guimarães	505948605	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	510 528,16€	2016	Guimarães	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Plataforma das Artes	505948605	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	352 941,18€	2016	Guimarães	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Centro Cultural Vila Flor	505948605	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	294 117,65€	2016	Guimarães	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Sede do Município de Guimarães	505948605	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	294 117,65€	2016	Guimarães	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Biblioteca Municipal de Guimarães	505948605	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	176 470,59€	2016	Guimarães	100,00

04.03	Aumento da eficiência energética no Arquivo Municipal de Guimarães	505948605	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	176 470,59€	2016	Guimarães	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética em iluminação pública em Guimarães	505948605	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	588 235,29€	2016	Guimarães	100,00
08.08	Criação de viveiros de empresas	505948605	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	711 242,48€	2016	Guimarães	100,00
09.01	Cultura para Todos - Guimarães	505948605	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	250 755,51€	2016	Guimarães	100,00
09.04	Idade + - Guimarães	505948605	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	379 060,61€	2016	Guimarães	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Guimarães	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	44 189,55€	2016	Guimarães	100,00
10.05	Escola Básica das Taipas, Caldas das Taipas	505948605	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	2 500 000,00€	2016	Guimarães	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Póvoa de Lanhoso	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	269 092,10€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Poça de Lamas e Regueira	E111111044	Junta de Agricultores do Regadio Poça de Lamas	60 000,00€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada da Poça da Mó	E111111045	Junta de Agricultores da Levada da Poça da Mó	40 000,00€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho de Póvoa de Lanhoso	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	685 826,62€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
04.03	Melhoria da eficiência energética da iluminação pública da Vila da Póvoa de Lanhoso	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	192 102,34€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
08.08	Start Up Póvoa de Lanhoso - Viveiro de empresas	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	166 724,55€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
08.08	Criação de incubadora de base rural	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	89 628,34€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
09.01	Cultura para Todos - Póvoa de Lanhoso	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	92 000,19€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
09.04	Seniores Games (promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação)	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	69 537,16€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00



09.04	Pequenos Gestos para Grandes Mundaças	506632920	MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	69 537,16€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Póvoa de Lanhoso	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	16 212,79€	2016	Póvoa de Lanhoso	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Vieira do Minho	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	256 006,80€	2016	Vieira do Minho	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Levada da Touça	E111111046	Junta de Agricultores da Levada da Touça Regadio Poça de Lamas	55 000,00€	2016	Vieira do Minho	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Ruivães	E111111047	Junta de Agricultores de Ruivães	231 000,00€	2016	Vieira do Minho	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de S. João da Cova	E111111048	Junta de Agricultores de S. João da Cova	27 000,00€	2016	Vieira do Minho	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Levada das Poças de Vide	E111111049	Junta de Agricultores da Levada das Poças de Vide	31 500,00€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética nos Paços do Concelho de Vieira do Minho	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Biblioteca Municipal de Vieira do Minho	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Casa Museu Adelino Ângelo	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Auditório Municipal de Vieira do Minho	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Central de Camionagem de Vieira do Minho	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Centro Escolar Domingos Abreu	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Centro Escolar Ribeira Cávado	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Polidesportivo de Rossas	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00

04.03	Aumento da eficiência energética no Pavilhão Aníbal Nascimento	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	92 804,16€	2016	Vieira do Minho	100,00
08.08	Criação de incubadora de empresas/polo tecnológico	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	243 534,04€	2016	Vieira do Minho	100,00
09.01	Cultura para Todos - Vieira do Minho	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	87 526,45€	2016	Vieira do Minho	100,00
09.04	+ Convívio – Centro de Convívio e Lazer (CCL's)	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	132 311,46€	2016	Vieira do Minho	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Vieira do Minho	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	15 424,40€	2016	Vieira do Minho	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Vieira de Araújo	506659682	MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO	3 000 000,00€	2016	Vieira do Minho	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - V. N. de Famalicão	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	588 745,03€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
04.03	Edifícios + Verdes - Aumento da eficiência energética na Casa das Artes	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	233 445,12€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
04.03	Edifícios + Verdes - Aumento da eficiência energética no Pavilhão de Joane	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	649 579,12€	2017	Vila Nova de Famalicão	100,00
04.03	Edifícios + Verdes - Aumento da eficiência energética no Pavilhão de Oliveira	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	742 181,59€	2017	Vila Nova de Famalicão	100,00
04.03	Iluminação + Verde - Aumento da eficiência energética em iluminação pública nos Parques da Cidade (Parque Sinçães; Parque D. Maria II; Parque 1º de Maio e Parque da Juventude)	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	118 433,60€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
04.03	Iluminação + Verde - Aumento da eficiência energética em iluminação pública na Cidade de V. N. de Famalicão (Av. 9 de Abril; Av. Marechal Humberto Delgado; Av. dos Descobrimientos; Av. Carlos Bacelar e Av. 25 de Abril)	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	105 032,38€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
04.03	Iluminação + Verde - Aumento da eficiência energética em iluminação pública nas Vilas (Rua Telhado/Av. 25 Abril - Joane; Av. Narc. Ferr./EN310 - Riba D'Ave; e Av. 3 Julho/Av. Rio Veirão - Ribeirão)	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	72 144,14€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00

08.08	Famalicão Made INcubar – Construção de Incubadora/Viveiro de Empresas	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	569 496,97€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
09.01	Cultura para Todos - V. N. de Famalicão	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	201 286,68€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - V. N. de Famalicão	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	35 470,76€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
09.04	Programa concelhio para o envelhecimento ativo	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	304 279,87€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Escola Básica de Ribeirão	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	526 874,71€	2018	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Centro Escolar de Riba de Ave	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	481 250,00€	2017	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Centro Escolar de Ruivães	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	173 594,83€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Centro Escolar de Sede nº. 1	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	481 250,00€	2017	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Centro Escolar de Telhado (Reabilitação do 1º Ciclo)	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	257 331,11€	2015	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Centro Escolar de Esmeriz	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	370 493,62€	2018	Vila Nova de Famalicão	100,00
10.05	Centro Escolar de Requião	506663264	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	209 205,44€	2016	Vila Nova de Famalicão	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Vizela	505985217	MUNICIPIO DE VIZELA	169 236,91€	2016	Vizela	100,00
04.03	Maximização da eficiência energética do Pavilhão Desportivo Municipal de Vizela	505985217	MUNICIPIO DE VIZELA	276 072,74€	2016	Vizela	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética em iluminação pública em Vizela	505985217	MUNICIPIO DE VIZELA	276 072,74€	2016	Vizela	100,00
08.08	Criação de viveiro de empresas de base local (Estaleiro de Negócios)	505985217	MUNICIPIO DE VIZELA	158 530,97€	2016	Vizela	100,00
09.01	Cultura para Todos - Vizela	505985217	MUNICIPIO DE VIZELA	57 860,59€	2016	Vizela	100,00

09.04	Vizela Idade +	505985217	MUNICIPIO DE VIZELA	87 466,37€	2016	Vizela	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Vizela	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	10 197,65€	2016	Vizela	100,00
10.05	Escola Secundária de Caldas de Vizela	600015467	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	3 000 000,00€	2016	Vizela	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC - Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	225 152,91€	2016	Mondim de Basto	100,00
03.MO 4	Reabilitação do Regadio Poças do Monte	901196185	Junta de Agricultores do Regadio Poças do Monte	65 000,00€	2016	Mondim de Basto	100,00
03.MO 4	Reabilitação do Regadio do Ribeiro da Póvoa de Cima	E11111104	Junta de Agricultores do Regadio da Póvoa de Cima	75 000,00€	2016	Mondim de Basto	100,00
03.MO 4	Reabilitação do Regadio do Ribeiro da Cova	E11111104	Junta de Agricultores do Regadio do Ribeiro da Cova	10 000,00€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Câmara Municipal de Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Centro de Interpretação do Parque Natural do Alvão	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética antiga Escola do Barrio	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Casa da Igreja de Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Biblioteca Municipal de Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00
04.03	Aumento da eficiência energética na Estação Elevatória de Água da Sra. Piedade	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	63 865,55€	2016	Mondim de Basto	100,00

04.03	Aumento da eficiência energética em iluminação pública no concelho de Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	287 515,89€	2016	Mondim de Basto	100,00
08.08	Criação de viveiro de empresas	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	213 308,39€	2016	Mondim de Basto	100,00
09.01	Cultura para Todos - Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	76 977,77€	2016	Mondim de Basto	100,00
09.04	Dinamização e enriquecimento dos Centros de Convívio	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	116 365,30€	2016	Mondim de Basto	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado - Mondim de Basto	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	13 565,46€	2016	Mondim de Basto	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto	506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	2 500 000,00€	2016	Mondim de Basto	100,00
02.03	Reforço das aplicações no domínio das TIC, de âmbito intermunicipal, com vista à integração e partilha de competências, serviços e outras tarefas municipais	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	156 016,64€	2016		100,00
05.01	Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	95 594,00€	2016		100,00
05.02	Gestão florestal integrada	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	138 609,00€	2016		100,00
05.02	Sistema integrado de prevenção, gestão e monitorização de riscos	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	120 718,00€	2016		100,00
06.01	Investimentos nos setores dos resíduos	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	20 056,00€	2016		100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	2 826 402,05€	2016		100,00




08.08	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	14 519,78€	2016	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente da Entidade Intermunicipal	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	6 528 764,41€	2016	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente da Entidade Intermunicipal	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	14 519,78€	2016	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente da CASES	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	61 914,76€	2016	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente da CASES	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	14 519,78€	2016	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente do IPDJ	510089224	IPDJ	61 914,76€	2016	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente do IPDJ	510089224	IPDJ	14 519,78€	2016	100,00
09.01	Contratos de Emprego Inserção	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	10 565 860,28€	2016	100,00
09.01	Programa Intermunicipal de Cultura para Todos	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	53 340,70€	2016	100,00
09.04	Programa Intermunicipal Idade+	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	80 633,76€	2016	100,00
09.07	Investimento em infraestruturas sociais	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	3 578 461,56€	2016	100,00

09.01	Programa Intermunicipal de Apoio ao Voluntariado	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	9 400,00€	2016	100,00
10.05	Escola Básica Gonçalo Sampaio	600015467	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	2 500 000,00€	2017	100,00
10.01	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Ave – Componente Intermunicipal	508887780	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	5 774 409,01€	2016	100,00

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	NIF	508887780
Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
Data de Submissão	24-07-2015		